

SOCIOLINGUÍSTICA E EDUCAÇÃO: AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NO ENSINO DE PORTUGUÊS NO 9º ANO DO COLÉGIO ESTADUAL IRANY NUNES DO PRADO - MONTE ALEGRE - GO

SOCIOLINGUÍSTIC Y EDUCATION: THE LINGUISTIC VARIATIONS IN PORTUGUESE EDUCATION IN THE 9TH YEAR OF THE STATE COLLEGE IRANY NUNES DO PRADO - MONTE ALEGRE - GO

Dirany Nunes do PRADO¹, Severina Alves de ALMEIDA Sissi², Rosineide Magalhães de SOUSA³

¹ Licenciada em Educação do Campo e Professora quilombola.
E-mail: Diranynunes@hotmail.com.

² Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSA/UFAM (2011) e Doutora em Linguística-PPGL/UnB (2016). É professora-pesquisadora - Secretaria Municipal de Educação de Manaus-AM, pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA/UEA e no Lexterm (UnB). Mestre em Ensino de Língua e Literatura; Doutora em Linguística; Professora Titular da Faculdade de Ciências Tocantins FACIT; Pesquisadora CNPQ grupo de pesquisa da Universidade de Brasília SOLEDUC; Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Línguas Indígenas LALI Universidade Federal do Tocantins UFT. E-mail: sissi@faculadefacit.edu.br.

³ Doutora em Linguística; Professora Adjunta da Faculdade da UnB de Planaltina FUP. Coordenadora do grupo de estudos CNPq SOLEDUC. E-mail: rosimaga@uol.com.br.

Resumo

A pesquisa trata sobre Sociolinguística e Educação e as variações linguísticas no ensino de português no 9º ano do Colégio Estadual Irany Nunes do Prado do Povoado Prata na cidade de Monte Alegre de Goiás. O trabalho está inserido na área de Linguística e do letramento, partindo dos socioletos dentro da variação social para identificar os níveis lexicais, semânticos e fonológicos existentes. A importância da pesquisa se dá pela necessidade de conhecimento e de referenciar a Sociolinguística, diante da abordagem feita por professores sobre o uso da língua em sala de aula. Os objetivos da pesquisa foram averiguar os fatores que contribuem para a propagação do preconceito linguístico dentro do espaço escolar, com possibilidades de enfrentamento deste preconceito na escola, identificando como é a fala dos alunos da instituição e a dos moradores do Povoado. Buscamos também identificar os fatores que contribuem para o processo de letramento seja pouco desenvolvido entre os estudantes, que de uma forma severa impulsiona-os a utilizar as variações linguísticas até mesmo em situações que envolvem a escrita, contrariando a maneira formal padrão. A metodologia utilizada pauta-se na pesquisa qualitativa, com análise descritiva da comunidade, do colégio onde a pesquisa foi realizada e das ocorrências vivenciadas, abordando de forma analítica os contextos que envolvem o colégio e a comunidade em geral. Foram seguidos procedimentos teóricos com pesquisa bibliográfica e etnográfica, por meio de observação participante, entrevistas e narrativas escritas. Os resultados apontam que a Sociolinguística

tem se apresentado como fator relevante no cenário educativo brasileiro; que muitas vezes as variações linguísticas são deixadas de lado pelos professores no processo de letramento em sala de aula. Na comunidade, as pessoas separam o falar em “correto” e “incorreto”, ocasionando um problema no processo cultural, já que há variações, e falar de uma forma diferente não é necessariamente um erro. Os resultados apontam para uma realidade onde se torna necessário uma intervenção pedagógica com planejamento adequado, com aulas direcionadas ao uso das variações linguísticas praticadas pelos alunos da escola, no intuito de se aprimorar a linguagem utilizada de maneira formal e em função da valorização da linguagem usada de maneira informal na comunidade.

Palavras chave: Ensino de Português. Variação Linguística. Valorização Cultural.

Abstract

The research deals with sociolinguistics and education: language variations in the teaching of Portuguese in the 9th grade of Public School Irany Prado Nunes of the Village Prata, in the city of Monte Alegre of Goiás. The work is inserted in the Linguistics area and literacy, starting from sociolects within the social variation to identify lexical levels, existing semantic and phonological. The importance of research is given by the need of knowledge and reference Sociolinguistics, before the approach made by teachers about the use of language in the classroom. The research objectives were to ascertain the factors that contribute to the spread of linguistic discrimination within the school environment, with coping possibilities of this prejudice at school by identifying how the speech of students of the institution and the residents of the Village. We also seek to identify the factors that contribute to the literacy process is poorly developed among students, which in a severe form propels them to use the language variations even in situations that involve writing, contrary to standard formally. The methodology is guided in qualitative research, with descriptive analysis of the community, the school where the study was conducted and experienced events, addressing an analytical way the contexts surrounding the school and the community at large. Theoretical procedures were followed with bibliographic and ethnographic research through participant observation, interviews and written narratives. The results show that the Sociolinguistics has performed as a relevant factor in the Brazilian educational setting; that often linguistic variations are left out by teachers in the literacy process in the classroom. In the community, people separate speaking in "correct" and "incorrect", causing a problem in the cultural process, since there are variations, and speak in a different way is not necessarily an error. The results point to a reality where an educational intervention is necessary with proper planning, with classes directed to the use of linguistic variations practiced by school students in order to improve the language in a formal way and due to the appreciation of the language used informally in the community.

Keywords: Portuguese Teaching. Linguistic variation. Cultural appreciation.

INTRODUÇÃO

A Sociolinguística tem se apresentado mesmo como fator de muita relevância no cenário educativo brasileiro. Nesse sentido, esta pesquisa faz um levantamento das variações linguísticas no falar das pessoas da Comunidade Quilombola Kalunga do Prata, município de Monte Alegre GO. O intuito de registrar uma variedade linguística riquíssima desse falar do norte goiano. A investigação se realizou no Colégio Estadual Irany Nunes do Prado e teve como objeto de estudo uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental, composta por alunos na faixa etária entre 13 e 15 anos de idade.

O trabalho está inserido no âmbito da Linguística, da análise de discurso e do letramento, partindo dos socioletos, estudando a variação social buscando identificar os vários níveis lexicais, semânticos e fonológicos existentes.

O interesse pelo tema surgiu após algumas leituras de Bagno (2007) e Bortoni-Ricardo (2005), sendo que o estudo se insere na perspectiva da variação linguística, estudada na disciplina linguagens, no curso da Licenciatura em Educação do Campo, LEdoC, da Universidade de Brasília, campus de UnB de Planaltina. As reflexões durante as aulas conduziram à percepção, durante o Estágio Supervisionado, de que a variação linguística muitas vezes é deixada de lado pelos professores dentro da sala de aula no processo de letramento, sobretudo em escola *lócus* de nossa pesquisa. Foi observado durante as atividades do Estágio Supervisionados, que na comunidade as pessoas separam o falar em “correto” e “incorreto”, o que acreditamos ser um problema, já que compreendemos que há variações e que falar de uma forma

diferente não é um erro.

Ao tratar dos aspectos semânticos e fonológicos dentro da Sociolinguística, foi levado em conta como a escrita e a fala são trabalhadas na sala de aula. Essa variação se efetiva, *a priori*, a partir de alguns critérios como a faixa etária, palavras que variam ao longo das gerações; gênero, quando a variação ocorre entre homens e mulheres; *status* socioeconômico, quando a variação se efetiva no âmbito das desigualdades culturais, e refletem em diferenças quanto ao apoio e subsídios que influenciam no letramento e nas variedades linguísticas. Acreditamos que a importância da pesquisa se dá pela necessidade de conhecimento da Sociolinguística, uma vez que essa área do conhecimento se apresenta como uma forma de inclusão ou exclusão das crianças na escola, dependendo de como a abordagem é feita por professores e professoras na sala de aula.

Nessa perspectiva, apresentamos a seguinte pergunta de pesquisa: Que fatores contribuem para a propagação do preconceito linguístico dentro do espaço escolar? Para responder a essa questão elencamos o seguinte objetivo geral: Identificar, discutir e analisar as variações linguísticas de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental no Colégio Estadual Irany Nunes do Prado. O intuito foi apresentar a Sociolinguística Variacional e Educacional como possibilidade de enfrentamento do preconceito linguístico na escola. Outro aspecto relevante a considerar foi Identificar como é a fala dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, Colégio Estadual Irany Nunes do Prado, moradores do Povoado Prata. Além disso, foi necessário evidenciar a variedade linguística dos alunos da instituição pesquisada e identificar os fatores que contribuem para tal ocorrência. Outro aspecto, refere-

-se ao processo de letramento aspecto de grande relevância entre os envolvidos que de uma forma severa, impulsiona-os a utilizar as variações linguísticas até mesmo em situações que envolvem a escrita, contrariando a maneira formal padrão.

A metodologia utilizada no estudo baseia-se na pesquisa qualitativa, com análise descritiva da comunidade, do colégio onde a pesquisa foi realizada e das ocorrências vivenciadas. O objetivo desse procedimento foi abordar de forma analítica o contexto histórico, social e econômico do colégio e da comunidade em geral. Com esse direcionamento, foram adotados procedimentos de estudo teóricos por pesquisa bibliográfica, que se estendeu durante todo o período de realização do trabalho, a fim de subsidiar as demais etapas da investigação. Além do exposto, outro aspecto metodológico utilizado foi a pesquisa do tipo etnográfica, pois por se tratar de um trabalho desenvolvido numa comunidade tradicional com aspectos socioculturais muito específicos, e por sua tradição quilombola, a pesquisa se situa no campo da etnografia, pesquisa qualitativa por excelência, conforme Almeida et al (2017).

A pesquisa situa-se ainda na perspectiva do estudo de caso etnográfico, pautado em um tipo de pesquisa com abordagem qualitativa e/ou interpretativa, que busca compreender e retratar a particularidade e a complexidade de um grupo natural ou microcultura, a partir dos significados subjetivos de seus atores, coletados em seu contexto ecológico, por meio de observação participante, entrevistas e narrativas escritas (MARTUCCI, 2001). A sistematização da temática ocorreu na fase exploratória, por ser esta a primeira etapa do processo da pesquisa do tipo etnográfica (ALMEIDA, 2011), e se apresenta como fundamental, de-

vido ao fato de encaminhar as fases subsequentes da pesquisa e possibilitar melhor entendimento dos aspectos internos a serem investigados, além de proporcionar a incidência de um diagnóstico acerca da realidade no ambiente da pesquisa, antecipando hipóteses e favorecendo maior visibilidade do corpus em todas as suas etapas.

1. BASES TEÓRICAS

1.1. Sociolinguística

Segundo Salomão (2011) a Sociolinguística é a ciência que estuda a língua em sua estreita relação com a sociedade onde se materializa, ou seja, para a Sociolinguística, a interação social se dá por meio da língua, a qual, vai se desenvolvendo e se transformando conforme o contexto sócio histórico. É importante ressaltar que a Sociolinguística busca estabelecer a relação entre os processos de mudança que acontecem na estrutura da língua ao longo do tempo com o processo de variação que é percebido na língua em um dado momento específico.

Conforme Bagno (2007), não existem construções mais corretas ou mais bonitas, pois, todas as maneiras linguísticas merecem atenção, isto é, no ato da comunicação um falante utiliza a língua que aprende no espaço familiar, ou seja, todo processo de comunicação de um indivíduo inicia-se no âmbito familiar e em seguida espalha-se no meio social e por fim acontece na escola. De acordo com Bortoni-Ricardo (2004), esses ambientes onde ocorrem o processo de socialização são chamados de domínios sociais, pois são os espaços físicos onde os cidadãos interagem. Para essa autora, se observarmos a comunicação em sua maior totalidade, fica notório alguns erros de português

por parte dos alunos, e isso acontece devido às diferenciações regionais e ao ambiente, em que, este indivíduo convive.

Nesse sentido Bortoni-Ricardo (2004) afirma que:

A postura do professor diante de tal fenômeno pode se consolidar de quatro maneiras: a de quem identifica o erro, mas não identifica diferenças dialetais de erros de decodificação; a de alguém que percebe o uso de regras não padrão e não está atento ou não percebe por que ele próprio as usa; a daquele que percebe, mas prefere não interferir; ou o professor percebe o uso das regras não padrão não intervém, mas em seguida apresenta a variante padrão (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 38).

Sendo assim, a autora observa que no âmbito da educação é importante que o professor, ao iniciar sua aula sobre variação linguística, esteja atento à noção de erro que o aluno detém, pois assim, ele poderá reavaliar suas práticas de ensino, ou seja, o professor irá perceber que é exatamente através da metodologia abordada em sala que alcançará um resultado (seja ele bom ou ruim). Portanto, as práticas de ensino estão fortemente ligadas ao aprendizado do aluno, sendo estas a maneira pela qual o professor irá conduzir sua aula, apresentando também as matizes que vão determinar a sua relevância no processo de aprendizagem.

1.2. Sociedades, Variações Linguísticas e Língua Padrão

Ao se falar em linguagem é necessário relacioná-la com a sociedade, pois a relação que existe entre elas é a base que constitui o ser humano. Segundo Bagno (2007, p. 37) “Nada na língua é por acaso”. O autor relata ainda que:

[...] Para os falantes urbanos escolarizados, pronúncias como broco, ingrês, chicrete,

pranta etc. são feias, erradas e toscas. Essa avaliação se prende essencialmente ao fato dessas pronúncias caracterizarem falantes socialmente desprestigiados (analfabetos, pobres, moradores da zona rural etc.). No entanto, a transformação do L em R nos encontros consonantais ocorreu amplamente na história da língua portuguesa.

Nos países em que a língua padrão é contextualizada, condicionada, os falantes têm acesso a, pelo menos, duas variedades, um vernáculo, usado sem restrições nos ambientes onde prevalece maior intimidade, e uma variedade padrão, reservada para interação de maior formalidade. Ambas gozam de prestígio, resguardada sua distinção funcional (BORTONI, 2005, p. 26). Ademais, e com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (BRASIL, 1996), a linguagem é entendida como uma forma de ação interindividual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos da sua história.

Nesse sentido, foram se produzindo linguagem tanto numa conversa de bar, entre amigos, quanto ao se escrever uma lista de compras, ou ao se redigir uma carta, de modo que essas são diferentes práticas sociais que se materializam nas relações intersubjetivas. Por outro lado, a conversa de bar na época atual diferencia-se da que ocorria há um século, por exemplo, tanto em relação ao assunto quanto à forma de falar, propriamente, características específicas do momento histórico. Além disso, uma conversa de bar entre economistas pode diferenciar-se daquela que ocorre entre professores ou operários de uma construção, tanto do registro e do conhecimento linguístico quanto em relação ao assunto em pauta (BRASIL,

1996, p. 23-24).

Nessa perspectiva, e ainda segundo o documento citado, a língua se configura como um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas.

1.2.1. Variação Linguística

A variação linguística consiste em um elemento relevante da língua portuguesa. Pode ser compreendida por meio de influências históricas e regionais sobre os falares. A língua é um sistema vivo e pode ser modificada por seus falantes de acordo com a situação linguística (PEREZ, 2012). A autora aborda ainda que a variação linguística é um fenômeno que acontece com a língua e pode ser compreendida através das variações históricas e regionais. Em um mesmo país, com um único idioma oficial, a língua pode sofrer diversas alterações feitas por seus falantes. Como não é um sistema fechado e imutável, a Língua Portuguesa ganha diferentes nuances. O português que é falado no Nordeste do Brasil pode ser diferente do português falado no Sul do país. Claro que um idioma nos une, mas as variações podem ser consideráveis e justificadas de acordo com a comunidade na qual se manifesta (PEREZ, 2012). Para essa autora, as variações acontecem porque o princípio fundamental da língua é a comunicação, então é compreensível que seus falantes façam rearranjos de acordo com suas necessidades comunicativas. Os diferentes falares devem ser considerados como variações, e não como erros. Quando tratamos as variações como erro, incorremos ao preconceito

linguístico que associa, erroneamente, a língua ao *status social*.

Nesse sentido, a Língua Portuguesa falada em algumas cidades do interior de um estado brasileiro pode ganhar o estigma pejorativo de incorreto ou inculto, mas, na verdade, essas diferenças enriquecem esse patrimônio cultural que é o nosso idioma. Entretanto, convém ressaltar que a língua escrita padrão não deve sofrer alterações muito severas. Há que se entender que o que se fala como variação linguística, sendo mesmo é desaconselhável a sua escrita, correndo-se o risco de inventar um novo idioma, pois as regras gramaticais pouco seriam utilizadas, privilegiando apenas a linguagem oral (PEREZ, 2012).

1.2.2. Variedade Linguística

Conforme afirmamos anteriormente, a Sociolinguística é uma área da linguística que estuda a relação entre a língua e a sociedade que a fala. É, segundo Sousa (2006), o estudo descritivo do efeito de qualquer um e de todos os aspectos da sociedade, incluindo as normas culturais, expectativas e contexto, na maneira como a linguagem é usada, e os efeitos do uso da linguagem na sociedade. A Sociolinguística difere da Sociologia da Linguagem. Enquanto a Sociolinguística estuda o efeito da sociedade sobre a língua, na Sociologia da Linguagem o foco é o efeito de Língua sobre a Sociedade (CAMACHO, 2008).

Segundo Bagno (2007), há três termos importantes para a Sociolinguística que podem ser facilmente confundidos entre si, dentre os quais, destaca-se a variedade, que são as diferentes formas de manifestação da fala dentro de uma língua, a partir dos diferentes traços que a condicionam.

Eles podem ser sociais, culturais, regionais e históricos de seus falantes. O autor discorre ainda que as variedades linguísticas sofrem classificações, que vão desde o dialeto, ou seja, o modo particular de uso da língua numa determinada localidade.

Argumentando ainda com Bagno (2007), podemos inferir que diferentemente o termo dialeto não serve apenas para designar uma variedade linguística. Enquanto o Socioleto trata da variedade linguística de um determinado grupo de falantes que partilham os mesmos traços e experiências socioculturais, o Dialeto é o modo particular de cada indivíduo expressar-se através da fala. Já o Cronoleto consiste na variedade pertencente a uma determinada faixa etária, ou seja, modo próprio desta geração se manifestar. Senso assim, a Variante é o termo utilizado nos estudos de sociolinguística para designar o item linguístico que é alvo de mudança. Portanto, no caso de uma variação fonética a variante é o alofone. Representa, portanto, as formas possíveis de realização. No entanto, na linguística geral, o termo variante dialetal é usado como sinônimo de dialeto (BAGNO, 2007).

Na perspectiva desse mesmo autor, a variável é o traço, forma ou construção linguística cuja realização apresenta variantes observadas pelo investigador. Ademais, a Sociolinguística e a variedade linguística em sala de aula são elementos essenciais que têm feito a diferença no ensino de língua materna. Segundo Bortoni-Ricardo (2005), a escola parte do princípio de ensinar a língua da cultura dominante – norma padrão - e tudo o que difere ou se afasta deste código é considerado defeituoso e deve ser erradicado, isto é, a escola trabalha o ensino de Língua Portuguesa de modo sis-

temático e impositivo, porém conforme a autora aborda, o problema não consiste na existência de um código padrão e sim no acesso, muitas vezes restrito, que a população tem a ele.

Mediante o exposto, fica notório que a escola não pode e não deve desprezar as diferenças sociolinguísticas de seus alunos, sendo mesmo dever da escola apresentar, por meio dos professores, a existência das variedades linguísticas, pois assim ensinarão ao aluno como respeitar as diferenças e adequar seu vocabulário aos diferentes contextos, sempre que for necessário. Nesse sentido, a maioria das instituições de ensino procura unificar a língua e acaba por deixar a sociolinguística de lado, onde os professores de língua materna tentam ensinar a norma padrão aos seus alunos como a única correta forma de falar. Porém, a maioria dos alunos é proveniente de antecedentes rurais e ainda utilizam variedades populares em seu vocabulário (BORTONI-RICARDO, 2005).

Nesse sentido, é provável que a partir do momento que não se respeita a origem do aluno, os professores obtêm resultados não desejados, pois muitas vezes o professor se preocupa apenas em ensinar as regras e normas que estão contidas na gramática tradicional, deixando de lado a cultural dos alunos e fazendo com que estes venham ter deficiência na aprendizagem. A variedade linguística que o aluno carrega consigo, pode ser aproveitada para o estudo conjunto do professor com seus alunos, buscando a partir da sua linguagem, encontrar o entendimento relativo aos momentos em que se usa a variação e quando temos que utilizar a língua padrão, seja oral e principalmente a escrita (BORTONI-RICARDO, 2005).

2. RESULTADO E DISCUSSÃO: AS VARIAÇÕES LIN-

GUÍSTICAS NO ENSINO DE PORTUGUÊS NO 9º ANO DO COLÉGIO ESTADUAL IRANY NUNES

Essa seção descreve o resultado da pesquisa, quando apresentamos dados que favorecem um entendimento acerca da variação linguística numa sala de aula de uma comunidade tradicional do campo.

2.1. Aspectos históricos e socioeconômicos do Colégio Estadual Professora Irany Nunes do Prado

A pesquisa realizada no Colégio Estadual Professora Irany Nunes do Prado, constatou que a instituição passou por situações difíceis, conforme relataram os moradores mais velhos e a verificação nos registros e histórico da instituição. Com o crescimento da comunidade foi necessária a construção de uma escola que atendesse à quantidade de crianças da região. Então, o Sr. Martiniano Taveira Vila Nova, doou cinco alqueires de terra para a construção da Escola Reunida Prata no ano de 1947, mas só foi construído o colégio em 1952 com recurso do Governo do estado de Goiás.

No final da década de 1970, a escola passou a ser Estadual e a se chamar Escola Estadual Prata, atendendo as crianças que ingressavam no Primário, atualmente os anos iniciais do Ensino Fundamental. No final da década de 1980, a escola passou a ofertar também a segunda fase do Ensino Fundamental. Em dezembro de 1998, passou a se chamar Escola Estadual Professora Irany Nunes do Prado, nome de uma antiga professora que dirigiu esta escola por muitos anos durante as décadas de 1970 e 1980. Em dezembro de 2003, passou a funcionar o Ensino Médio Integral, momento que a escola passou a se denominar Colégio Estadual

Professora Irany Nunes do Prado.

A parte física da escola é composta por três pavilhões, sendo que no primeiro estão três salas de aula, uma sala de almoxarifado, e corredores ao redor do primeiro pavilhão. De um pavilhão para outro, existe uma passarela e no segundo pavilhão, tem um laboratório de informática. A escola conta também com duas salas de aula, sala da secretaria e diretoria, biblioteca, sala da coordenação, cantina com depósito, um corredor com bebedouros elétricos, três sanitários femininos e três masculinos. A área do colégio mede 53 metros de comprimento por 48 de largura. A biblioteca e o laboratório são usados pelos professores, alunos, funcionários e **pela** comunidade. As áreas descobertas se destinam para eventos da escola e atividades fora da sala de aula.

De acordo com a pesquisa realizada, foi constatado que o ensino é bom. Que os professores são todos de nível superior na área de pedagogia, letras e também são pós-graduados. Vários alunos que estudaram no colégio, já se formaram no ensino superior e atuam na área como professores. O colégio recebe recursos financeiros diretamente da Secretaria de Educação do estado e do Ministério da Educação (FNDE).

2.2. Variações linguísticas no falar dos moradores da Comunidade do Prata, Monte Alegre de Goiás

A pesquisa efetivou-se com pessoas de idades diferentes, para conhecer as variações linguísticas praticadas. Ao fazer algumas perguntas e solicitar que respondesse de forma oral, a moradora da comunidade, a Senhora: “L.G.S.” que tem 50 anos, estudou a 2ª série do ensino fundamental, mora

no povoado a mais de 30 anos e que nasceu na cidade vizinha de Divinópolis de Goiás, respondeu: “Eu vim pra qui meus minino era tudo piqueno”. Sofri muito quando eu era mais nova. Trabaiei só ni roça dos outo”. Outra moradora também do povoado, “A.N” tem 66 anos, não estudou mas assina o nome, relatou que “Eu num estudei porque nós sempre moramu ni roçã e num tinha escola, mais aprindi iscrevê meu nomi in casa”. Já o morador “J.S”, tem 75 anos de idade, estudou só até a 4 série do Ensino Fundamental, respondeu da seguinte forma: “Eu nasci e tou nessa idade, gostu muito daqui, nu pretendo mudá pá outo lugá não”.

É importante enfatizar que a nossa linguagem é uma representação da sociedade em que vivemos e assim como a sociedade, nossa linguagem também é variável, pois cada grupo de pessoas, cada região, possui sua forma de se expressar, falar e se comunicar. Então não podemos julgar qual é certa ou errada, ou até mesmo afirmar que uma linguagem é pior ou melhor que outra. Souza (2008) ressalta que da mesma forma como não se pode falar de “inferioridade” ou “superioridade” entre línguas, uma vez que são somente diferenças, não se pode falar de inferioridade ou superioridade entre dialetos geográficos. Para essa autora, como ocorre em relação às línguas, cada dialeto é adequado às necessidades e características do grupo a que pertence o falante, ou à situação em que a fala ocorre. Afinal, “[...] todos eles são, pois, igualmente válidos como instrumentos de comunicação; também não há nenhuma evidência linguística que permita afirmar que um dialeto é mais “expressivo”, mais ‘correto’, mais ‘lógico’ que qualquer outro: todos eles são sistemas linguísticos igualmente complexos, lógicos, estruturados” (SOUSA, 2008, p. 40).

Nesse sentido, percebe-se que a linguagem ou modo de falar é a identidade de cada grupo e precisa de ser respeitada por todos, afinal nenhuma sociedade se torna melhor e mais “correta” que a outra por falar de uma determinada forma, o que realmente existe são diferentes modos de se comunicar por meio da fala que vão sendo adquiridos no convívio com as diversas sociedades e regiões.

2.3. Variações linguísticas no ensino de português no 9º ano do Ensino Fundamental do colégio estadual Irany Nunes do Prado

Segundo Faraco (2008), o ensino de português não pode restringir-se apenas às atividades da fala e da escrita, mas deve ser uma ação reflexiva sobre a língua, ou seja, se as escolas buscassem meios para os alunos refletirem sobre a língua, estes, conseguiriam se libertar do conceito errôneo sobre a norma padrão, que é entendida como a única válida. Sendo assim, em nossa pesquisa, percebemos que os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental utilizam as variações linguísticas assimiladas durante toda a sua vida. É importante lembrar que a partir dessa reflexão, fica claro que existe a necessidade da adequação ao momento da fala, pois durante o estudo os alunos, percebiam que para cada contexto existe uma variedade considerada mais adequada, ou seja, na escola não se pode utilizar a mesma linguagem que é utilizada em uma conversa informal com seus colegas ou com os familiares no dia a dia.

Nesse sentido, Faraco (2008) argumenta que o método que pode ser utilizado nas escolas e em turmas de 9º ano do Ensino Fundamental, parte do uso de textos literários, pois neles podemos

observar marcas da linguagem oral, culta, regional, dentre outras. Além disso, a literatura é um espaço de ficção e não precisa se preocupar em seguir o padrão, podendo utilizar diferentes variedades em um mesmo texto. Ademais, é importante argumentar que, embora seja necessário que os professores façam essa reflexão em sala de aula, é notório que muitos deles ainda não estão capacitados para trabalhar a influência da sociedade e da cultura na transformação da Língua Portuguesa. Isso porque na maioria das vezes o professor utiliza a gramática normativa para impor uma forma de uso da língua oral sem levar em consideração o conhecimento prévio dos alunos.

Nessa perspectiva, fica claro que o aluno, ao se deparar com uma correção quanto à sua maneira de falar em suas interações interpessoais, passa por vários conflitos, sendo que todas essas situações são provenientes da falta de preparação da escola, pois esta teria que receber o aluno valorizando e respeitando sua variedade linguística.

2.4. Variações linguísticas no falar de alunos do 9º do Ensino Fundamental

Durante as duas semanas de pesquisa em sala de aula do 9º ano, foram observadas as variações linguísticas dos alunos, em seus diálogos, quando constatamos que as palavras que mais pronunciavam são: cai fora vei, tremi di medo, oia isso aqui vei, oia qui massa cara, caracas vei, mi dá esse trem aqui cara, legal, tá cumenu não cara, vô puráí, qui nada rapaiz, ô cara, eu oiei pá cara dele, foi mau vei, sinhô, caino, trabaio, mulequi, mininu, bêjo, puxa meu, bunito, “tava” no lugar de estava, “muié” no lugar de mulher, “ocê” em vez de você, “moranu” em vez de morando, “tamém” em vez de também.

Em conversa com a turma do 9º ano, com idade entre 14 e 15 anos, que nasceram no Distrito do Prata, solicitamos que respondessem oralmente às perguntas e em seguida as escrevessem em seu caderno. O aluno “A.A.S”, respondeu à pergunta direcionada a ele da seguinte forma “Eu gostú di jogá bola e passíá”. Relacionada à mesma pergunta, o seu colega de turma “R.J.P.T” respondeu: “O qui eu gostu difazê é ficá no computado jogano os meu jogo”. Já a aluna “F.S” respondeu: “Quano eu saiu com mias amiga pra mode nois curvessá nós fica oiano os minino aí eles fica se mostrano prá nois e é muito ingraçado”. A aluna “N.P” relatou que: “Prefiro ficá em casa assistino televisão, mais as vez eu saiu cum as mininas ô então cum a mãe pra igreja rezá”.

Foi verificado que todos os alunos apresentam variações linguísticas similares às apresentadas pelos alunos que responderam às perguntas. No convívio escolar, os mesmos não diferem os usos da língua de acordo com os momentos formais e informais recorrentes no convívio entre professores e colegas de aula. Este aspecto tem prejudicado os alunos, pelo fato de os professores não considerarem as questões culturais engendradas no falar dos alunos, pertinentes às variações da língua em situação de uso. Isso gera atitudes preconceituosas, embora, até mesmo os profissionais da educação utilizem de variações linguísticas em suas falas.

Nesse sentido, Bagno (2002) discorre que o aluno é tratado com preconceito quando vem de uma realidade linguística totalmente coloquial, influenciada por diversos dialetos, isto é, a escola impõe ao aluno uma variedade padrão da língua como única, na qual, acaba por dificultar tanto as

relações interpessoais dentro da escola, como o entendimento e a assimilação dos conteúdos.

Esse mito é muito prejudicial à educação porque, ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização etc. (BAGNO, 1999, p. 15).

Nessa perspectiva, observa-se que é muito comum nas escolas um professor fazer a correção de uma palavra, falada ou escrita por um aluno, de maneira inadequada. O professor não leva em consideração os conhecimentos preestabelecidos pela linguagem a que os alunos foram submetidos. Entretanto, nota-se que muitos profissionais da educação ainda não conhecem as variedades linguísticas existentes, afinal estes, agem em sala de aula sem pensar que vivemos num país multicultural e que agindo assim muitas vezes fará nascer um preconceito linguístico desnecessário.

Segundo Santos (2013) a escola utiliza uma linguagem tradicionalmente conhecida como língua padrão ou norma culta. Sendo assim, a escola adota em sua prática uma língua que não varia, que é considerada homogênea. Porém o indivíduo pode fazer uso de diversas regras em suas interações, comprovando que a língua não é homogênea, mas heterogênea. Ainda na visão de Santos (2013) as diferenças linguísticas, porém, não podem ser ignoradas. Afinal os professores e os alunos têm que estarem bem conscientes de que existe várias maneiras de dizer a mesma coisa, em que o mais importante é o aluno saber quando e como usar a língua, e não ter uma regra estabelecida pela escola que venha desconsiderar tudo que foi assimilado por ele em sua rede social. Bor-

toni-Ricardo (2005) afirma que:

Algumas formas conferem prestígio ao falante, aumentando-lhe a credibilidade e o poder de persuasão; outras contribuem para formar uma imagem negativa, diminuindo-lhe as oportunidades. Há que se ter em conta ainda que as reações dependem das circunstâncias que cercam a interação (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15).

Sendo assim, observa-se que é inegável a importância do ensino de variação linguística para a formação do sujeito, pois fica claro que a variedade está relacionada às questões da fala e da escrita. Todavia, é importante lembrar que na visão de Bagno (1961, p. 36) “[...] a língua é uma atividade social, trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita” (BAGNO, 1961, p. 36). Ainda de acordo com esse autor, a norma-padrão é homogênea e se torna heterogênea, porque está sempre em construção, a partir do momento que assume o caráter heterogêneo, a fala passa a sofrer variações, pois muitas vezes é perceptível ouvir diferenças nas falas de pessoas de classe social diferente, de idade, sexo e etnia diferente. E “[...] partindo da noção de heterogeneidade, a Sociolinguística afirma que toda língua é um feixe de variedades” (BAGNO, 1961, p. 47).

Nessa perspectiva, Saussure (1969) ressalta que a língua é um fato social, um sistema convencional adquirido pelo falante no meio em que vive. Sendo assim, percebe-se que o Saussure aponta a linguagem como fator que permite ao sujeito a construção da língua, e sendo assim a língua passa a ser caracterizada como um produto social da faculdade da linguagem. Segundo Bagno (1961), a variação linguística não é o problema, o problema é considerar “que a língua é perfeita”, entretanto

é necessário pensar sobre como ocorre o processo de variação linguística com as pessoas que não dominam a norma culta. Neste contexto o autor enfatiza que:

O verdadeiro problema é considerar que existe uma língua perfeita, correta, bem-acabada e fixada em bases sólidas, e que todas as inúmeras manifestações orais e escritas que se distanciam dessa língua ideal são como ervas daninhas que precisam ser arrancadas do jardim para que as flores continuem lindas e coloridas (BAGNO, 1961, p. 37).

Como percebemos, na visão do autor toda essa mudança linguística é na verdade um estado natural, afinal os falantes da língua são heterogêneos e estão sujeitos a mudanças e transformações, porém a língua não deixa de ser homogênea, pois mesmo os falantes desta língua aumentam essa variedade, a partir do momento que formulam várias gírias, jargões e etc. Desse modo, fica notório que as variedades linguísticas não constituem os “desvios” ou “distorções” de uma língua homogênea e estável. Bagno (1961) afirma que:

A construção de uma norma-padrão, de um modelo idealizado de língua, é que representa um controle dos processos inerentes de variação e mudança, um refreamento artificial das forças que levam a língua a variar e a mudar — exatamente como a construção de uma barragem, de uma represa, impede que as águas de um rio prossigam no caminho que vinham seguindo naturalmente nos últimos milhões de anos (BAGNO, 1961, p. 37).

Neste sentido, apresenta a sociolinguística como disciplina científica que relaciona a heterogeneidade linguística, ou seja, a língua e a sociedade estão interligadas, em que uma influencia a outra, pois conforme Bagno (1961) na Linguística existem dois polos, sendo eles a variação linguística e a norma padrão, na qual, a variação linguística está sempre em modificação e a norma padrão da

língua que é a “correta e conveniente”.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que a variação linguística, segundo com Bagno (1961, p. 44) “[...] não ocorre somente no modo de falar das diferentes comunidades, dos grupos sociais, quando a gente compara uns com os outros”. Afinal ela está presente no modo de falar do sujeito conforme a circunstância de influência recíproca, sendo que determinadas situações podem se modificar de acordo com a formalidade do evento, da tensão e pressão exercida sobre a pessoa por parte do lugar e da insegurança de realizar a função comunicativa. “[...] Os sociolinguistas enfatizam que não existe falante de estilo único: todo e qualquer indivíduo varia a sua maneira de falar, monitora mais ou menos o seu comportamento verbal, independentemente de seu grau de instrução, classe social, faixa etária etc. (BAGNO, 1961, p. 45).

O 9º do Ensino fundamental é o momento escolar, em que o aluno irá passar para uma fase mais avançada, ou seja, entrará em contato com uma linguagem mais abstrata, por isso faz-se necessário que os professores busquem fazer essa reflexão tanto da escrita quanto da oralidade, para que ao ingressar nessa nova etapa da vida o aluno esteja preparado, como já foi mencionada a variedade linguística é uma das muitas maneiras de falar uma mesma língua e todos os diferentes jeitos de falar são relacionados com fatores sociais, estado de origem, idade, sexo, grupo social, nível de escolaridade, dentre outros.

É importante ressaltar ainda que os Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs (BRASIL, 1998) apresentam a linguagem como um processo de interlocução que só se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade,

nos distintos momentos de uma história. Sendo assim, percebe-se que a concepção de língua pode ser vista como um sistema de signos específicos, o histórico e social, que possibilita aos homens e mulheres significar o mundo e a sociedade, mesmo porque a variação linguística é parte inerente deste fenômeno.

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá independente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que os constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala (BRASIL, 1998, p. 29).

Desse modo, espera-se que os alunos do 9º do ensino fundamental, da disciplina de Língua Portuguesa possam identificar as variações linguísticas, afinal essas diferenças podem ser notadas de região para região, classe social, e até mesmo uma única pessoa pode variar o modo de falar dependendo da situação de interação comunicativa que ela se encontra.

Nesse sentido, torna-se evidente que a língua materna é indispensável, por ser a língua alvo dos alunos. E os PCNs foram elaborados para orientar o ensino de Língua Portuguesa e o trabalho do professor, a qual, deixa explícito em sua composição os objetivos gerais para o ensino, no qual o educando seja capaz de aprender e ter domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva.

Os conteúdos [...] da construção de instru-

mentos para análise do funcionamento da linguagem em situações de interlocução, na escrita, leitura e produção, privilegiando alguns aspectos linguísticos que possam ampliar a competência discursiva do sujeito. São estas Variações linguísticas: modalidades, variedades, registros [...] (BRASIL, 1998, p. 36).

Consta ainda nos PCNs que “[...] o estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa” (BRASIL, 1998, p. 82). Sendo assim, observa-se que o ensino de língua materna nas escolas em especial turmas de 9º ano do ensino fundamental é imprescindível para a formação linguística dos alunos, pois atualmente é evidente a má formação dos alunos em relação ao processo de aquisição da linguagem, isto é, como sabemos a linguagem é o ato de comunicação entre uma sociedade e é por meio dela que os indivíduos são identificados e diferenciados, em que, será indicado a naturalização.

Diante dos argumentos acima fica claro que o papel da escola frente às diferenças sociolinguísticas é de fundamental importância, pois não podemos ignorar as distinções linguístico-culturais dos alunos e querer trocá-las pela língua da cultura institucionalizada. Na verdade, a variedade linguística desses alunos necessita de ser respeitada e valorizada, isto é, não se pode negar a oportunidade de aprender as variantes de prestígio, pois a língua é um dos bens culturais mais importantes para a ascensão social. Sobre esta premissa, Bortoni-Ricardo (2005) afirma que:

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer

a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15).

Percebe-se que a escola precisa de ter como ponto de partida as variedades linguísticas utilizadas pelos alunos, ou seja, no momento em que os professores do 9º ano e demais séries forem trabalhar em sala de aula, é preciso levar em consideração os contextos sociais em que estão inseridos. Segundo Berenblum (2003, p. 171) “[...] têm uma existência exterior (ou anterior) aos sujeitos e aos processos históricos, sociais e políticos, à identidade e à cultura que a linguagem veicula”, e, logo, tudo isso necessita ser valorizado e respeitado. Afinal se os professores trabalhassem assim, talvez um dos problemas do ensino de língua materna estaria sendo amenizado, pois a variação linguística com certeza é um dos fatores mais importantes que intervêm nas relações em sala de aula e na qualidade de apropriação do saber.

3. LINGUAGEM ORAL E LINGUAGEM ESCRITA

Ao falarmos de linguagem oral e escrita é importante levarmos em consideração que o professor é o personagem principal no processo de aprendizagem de ambas, pois segundo Doz e Scheneuwly (2005), o professor é a chave certa para que os alunos compreendam, busquem e aprendam, ou seja, é responsabilidade do professor de ir em busca de novos estudos de ensino e aprendizagem. Diante das argumentações do autor, percebe-se que é papel da escola ensinar o aluno a fazer uso da linguagem oral no planejamento e na realização de apresentações públicas, ou seja, é importante que os professores ensinem que a linguagem oral em determinados lugares deve ser

uma linguagem mais formalizada convencional, porém é sempre bom o professor lembrar que não existe certo nem errado, que devemos saber utilizá-la dependendo da ocasião.

Com efeito, Antunes (2003, p. 112), sugere que “[...] o que se deve pretender com uma programação de estudos, não importa o período em que acontece, é ampliar a competência do aluno para o exercício cada vez mais pleno, mais fluente e interessante da fala”. No entanto, fica claro que se o professor partir do que o aluno não sabe e irá aprender, este obterá um aprendizado sistemático mais proveitoso.

Segundo Gnerre (1991), a concepção de linguagem que dá base à nova abordagem de ensino de língua tem como elemento o processo de interação verbal, isto é, o processo onde os indivíduos criam vínculos por meio da atividade verbal. Sendo que o trabalho escolar fundamenta-se não apenas na teoria gramatical, como na análise dos discursos que expressam o real, em que, a língua se torna o próprio conteúdo, pois, a fala, a leitura, a produção de textos e a análise linguística passam a ser atividades interacionais, que são utilizadas para a comunicação, tornando-se concretizadoras de visões de mundo.

Nesse contexto, observa-se que essas práticas têm por finalidade superar a artificialidade existente nas escolas, relacionadas ao uso da linguagem, possibilitando o domínio da língua padrão tanto na modalidade oral, quanto na escrita. Gnerre (1991, p. 6) afirma que “[...] um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma comunidade, é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um "corpus" definido de valores fixa-

dos na tradição escrita”.

Para Sasso (2007) a linguagem oral é expressão que se usa frequentemente com equivalente de fala. Porém, é bom mencionar que a fala também engloba um campo muito amplo, podendo, por influência, fazer menção ao discurso escrito. No entanto percebe-se que o trabalho com a oralidade tem como finalidade desenvolver as habilidades linguísticas de falar e escutar, em que, escutar não constitui apenas comprovar consideração pelo interlocutor, mas sim notar a argumentação, a correlação de ideias e até adequar-se à lógica por ela utilizada. Portanto, só será possível a habilidade da oralidade se o professor promover meios para isso, desenvolvendo atividades interativas que envolvam os participantes, isto é, que envolvam o ouvir e o escutar, pois agindo assim o professor fará com que o ouvinte enriqueça seus conhecimentos, com os quais poderá dialogar, trocar ideias e cada vez mais aumentar seus conhecimentos através da interação que a linguagem oral proporciona.

De acordo com Lins (2007) a pesquisa da oralidade é uma inquietação que se tornou mais relevante no âmbito da linguística, a partir do momento em que os teóricos da linguagem compreenderam que a fala poderia ser um objeto de pesquisa, ou seja, os estudiosos escolheram a fala como objeto de estudo e começaram a levar em consideração língua como uma atividade, uma forma de ação e fatores, como, por exemplo: quem falou em que condição falou e para quem falou, antes ignorados, que passaram a ter uma importância especial. Para Koch (2001, p.412) “[...] é nesse momento que se criam condições propícias para o advento de uma linguística do texto/discurso, isto é, uma linguística que se detém das manifes-

tações linguísticas produzidas pelos usuário da língua falada, ou seja, de uma língua em conjunturas concretas, sob determinadas condições de produção”.

É importante destacar ainda sobre as distintas formas de ver os fatos linguísticos, que sobre este aspecto, Lins (2007) dialoga com Castilho (2000, p. 11) afirmado que: “[...] a linguagem é um objeto escondido, que para ser elaborado parte-se de um ponto de vista de postulações prévias que constituirão a linguagem como um objeto cientificamente analisável”.

Para Lins (2007), seguindo a linha de pensamento de Castilho (2000), existem três grandes postulações teóricas para interpretação da linguagem humana, sendo elas: a língua como atividade mental, a língua como uma estrutura e a língua como atividade social. O autor aborda que a língua é uma capacidade inata do homem, que lhe permite reconhecer as sentenças, atribuindo-lhes uma representação fonológica, ou seja, a teoria da língua como estrutura demanda que as diferentes línguas naturais dispõem de um sistema composto por signos, em que, a língua é vista como uma atividade social, por meio da qual conduzimos as informações, externamos nossos sentimentos e agimos sobre o outro. Sendo assim, Bakhtin (1992, p.125) afirma que:

[...] a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua... Esse mesmo autor ainda diz que a enunciação realizada é como uma ilha emergindo de um oceano sem limites, o discurso (BAKHTIN, 1992, p. 125).

Nessa perspectiva, percebe-se que tanto a língua falada quanto a língua escrita apresentam diferentes funções, ou seja, na fala existem algumas funções predominantes como a de trazer a informação, fazendo com que o ser humano se comunique através desta linguagem denominada oral, demonstrando algumas familiaridades. Já a linguagem escrita é carregada de marcas mais formais onde exige independência em sua estrutura, isto é, a escrita depende da aquisição de domínios de determinadas habilidades linguísticas.

Segundo Lins (2007) para o desenvolvimento da escrita, é imprescindível antes de tudo um tema, algo a fim de que se possa escrever em que, o material deve ser organizado com certo cuidado, ou seja, é necessário que seja elaborado de forma coerente, uniformizado, com variações de tópicos justificados e explícitos. Sobre isso nos diz Marcuschi (2000):

[...] hoje predomina a posição de que se pode conceber oralidade e letramento como atividades interativas e complementares no contexto das práticas sociais e culturais. Uma vez adotada a posição de que lidamos com práticas de letramentos e oralidade, será fundamental considerar que as línguas se fundam em usos e não o contrário. Tal teórico nos diz também, que numa sociedade como a nossa, a escrita, compreende um dos recursos tecnológicos mais eficazes (MARCUSCHI, 2000, p. 17).

Deste modo não poderia deixar de retomar Lins (2007, p.8) que enfatiza que “a escrita e a oralidade fundam práticas e usos da língua, que, por sua vez, possuem peculiaridades próprias.” Porém essas peculiaridades não as tornam dicotômicas, afinal as duas permitem construções de textos coesos e coerentes e preparação de entendimento contemplativo e exposições formais e informais,

etc.

É importante destacar que foram justamente a visão dicotômica da língua falada e da língua escrita, como já mencionada, pelo autor que deu origem as heterogeneidades entre essas modalidades, mas segundo Marcuschi (2003) a escrita é considerada descontextualizada, explícita, condensada, planejada, predominância do “modus sintático”, ou seja, para o autor além da visão dicotômica entre fala e escrita, há, também, a culturalista.

A linguagem é uma das mais refinadas formas de expressão do ser humano. Por ter esta importância na vida humana ela está fortemente atrelada aos estudos linguísticos. Nestes geralmente são ressaltados as faltas e os sobrepujações da língua e o seu efeito na linguagem. Alguns ainda buscam uma interpretação acerca da formação da linguagem em determinados povos e culturas. Justamente por isso, pode-se dizer que:

A língua é um sistema de signos específico, histórico e social, que permite aos indivíduos significar o mundo e a sociedade. Neste sentido, a linguagem contém em si a fonte dialética da tradição e da mudança, por que embora o indivíduo possa utilizar variantes que melhor expressem seu pensamento, no contato com outros falantes de sua comunidade ele encontrará limite para a sua variação individual. Pois, como indivíduo, está inserido em uma comunidade, exigindo semelhanças entre a língua que fala e a que outros membros da comunidade falam (GARCIA, 2009, p. 239).

Assim, a tradição oral esta fundamentalmente ligada a perspectiva lançada pela autora, pois define as relações fundamentais entre os seres humanos. Por tanto, a tradição oral fundamenta a existência das pessoas e suas relações. Ainda na mesma linha da autora citada a tradição oral, que

é por sua vez, linguagem e das mais “puras” da sociedade humana.

A tradição oral marca praticamente todas as sociedades humanas. Por tanto, quando falamos de cultura popular, é impossível não nos remetermos à oralidade e a sua importância na consolidação dos costumes de um povo. Lembremos, pois, que as epopeias homéricas são o registro escrito de uma cultura lendária e mitológica que ainda hoje nos encanta. A própria Bíblia, livro secular do cristianismo tem suas marcas no que se refere a oralidade.

Alves (2012) traça um breve histórico do desenvolvimento da tradição oral. Segundo esta autora, antes de Cristo esta tradição já era fecundada e influenciou os preceitos bíblicos. Para isso ela nos vagueia da literatura, na história, da sociologia e da linguística. Na tessitura de sua reflexão Alves (2012) destaca a importância de *Ilíada* e da *Odisseia*.

Na antiguidade clássica ocidental, a sociedade letrada havia manifestado algumas vezes certa percepção de que a *Ilíada* e a *Odisseia* diferia de outros poemas gregos e de que suas origens eram obscuras. Alguns as consideravam como um texto, e outros, para argumentar que a cultura hebraica era superior à cultura grega antiga, por que conhecia a escrita, insinuaram que Homero não sabia escrever (ALVES, 2012, p. 42).

No parágrafo seguinte, ela continua suas conjeturas sobre estas obras, ao afirmar que desde a antiguidade até os dias de hoje, a *Ilíada* e a *Odisseia* têm sido consideradas os mais exemplares, verdadeiros e inspirados poemas seculares do ocidente. Consoante a isso, cada época tendeu a interpretá-las como tendo realizado melhor o que julgava estarem seus criadores fazendo ou imaginando fazer (ALVES, 2012, p. 42).

Pode-se perceber seguindo a esteira de Alves que a tradição oral é tão antiga que se remete aos escritos épicos e até mesmo aos escritos bíblicos. Assim, todas as estas representações apresentam-se como fundamentais para a construção social dos indivíduos. Por isso, além de substituir à escrita, a oralidade tem uma característica marcante, a da magia impressa nas palavras e da emoção explicitada quando se fala.

É importante salientar que a educação no Brasil vem passando por transformações significativas e isso faz com que as pessoas tenham mais oportunidades. Segundo Paulo Freire, (1997, p.17). “[...] A insistência na quantidade de leitura sem o devido adentramento nos textos compreendidos, e não mecanicamente memorizado, revela uma visão mágica que urge ser separada [...]”. Diante disso percebe-se que o sujeito que realmente pode ser considerado alfabetizado é aquele que consegue compreender os anúncios que vê nas ruas, ou seja, é aquele que compreende o consumo de luz na conta de sua residência, uma lista de compras e tudo que faz parte do seu ambiente letrado. Podemos perceber isso quando Paulo Freire nos diz desde muito pequenos aprendemos a entender o mundo que nos rodeiam. Por isso antes mesmo de aprender a ler e a escrever palavras e frases, já estão “lendo”, bem ou mal, o mundo que os cercam. Mas este conhecimento que ganhamos não basta. Precisamos ir além dele [...] (FREIRE, 1997, p.71).

Sendo assim observamos que a criança desde pequena integra com o mundo à sua volta, na qual, o mundo que a cerca está cheio de surpresas, e uma dessas encantadoras descobertas é o mundo da leitura e da escrita. De acordo com Ana Tebe-

rosky:

[...] A segunda função derivada do uso da linguagem escrita e evidente em todas as atividades desenvolvidas ao ler e escrever. Dissemos que o conhecimento pragmático consiste em imprimir especial atenção ao uso da linguagem em questão para decidir como e quando ela é apropriada, correta ou afetiva [...] (TEBEROSKY, 1997, p.159)

Mediante isso, percebemos que a linguagem não surge como a oral que é aprendida no nosso dia a dia com a convivência com as pessoas, pois para ler e escrever necessita-se de um processo instrumental, isto é, precisa de maneiras, que façam com que o aluno compreenda as técnicas e regras utilizadas na leitura e na escrita. Novamente Teberosky nos prova isto quando diz:

[...] Na tarefa de reprodução da história intervieram processos de percepção e compreensão da linguagem, porém a reprodução é mais parecida com os processos de interpretação simultânea. No caso da reprodução (como na tradução), as questões são as seguintes: quais os aspectos retidos do texto-fonte, e quando uma transcodificação é necessária [...] (TEBEROSKY, 1997, p.175)

Diante dessas concepções, sabemos que é uma grande responsabilidade do professor sistematizar os conhecimentos que o aluno traz de seu mundo para a escola e fazê-la internalizar os conhecimentos e utilizar a língua materna como uma das muitas formas de facilitar a vida em sociedade. Entretanto a língua materna tem sido vista apenas pelo estudo da gramática. Porém mesmo sabendo que as regras são necessárias, elas não devem constituir-se como um empecilho ao desenvolvimento da língua como instrumento de comunicação da sociedade. Neste sentido Paulo Freire em seu livro a importância do ato de ler afirma que:

Temos nos quanto educadores e educando

uma grande necessidade, de ler, sempre e seriamente, os clássicos neste ou naquele campo do saber, de nos adentrarmos nos textos, de criar uma disciplina intelectual, sem a qual inviabilizarmos a nossa prática enquanto professores e estudante (FREIRE, 2006, p.18).

Portanto, percebe-se que ler e escreve não pode ser um ato mecânico, precisa ser reflexivo e transformador, isto é, não podemos deixar que nossos alunos leiam apenas por ler e muito menos escrevam apenas por escrever, pois é necessário que a leitura transforme e aperfeiçoe a vida de cada sujeito.

Segundo Chaer (s/d) a linguagem oral tem uma função prática indispensável na vida humana e social, pois é uma habilidade construída socialmente, ou seja, o aluno pratica desde o primeiro momento de sua vida. Sendo assim a relação de comunicação no primeiro ano ocorre por meio de troca de experiências interpessoais com familiares e professores. Nesse sentido o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 125), afirma que “a construção da linguagem oral implica, portanto, a verbalização e na negociação de sentidos estabelecidos entre pessoas que buscam comunicar-se”. Entretanto fica claro que a linguagem oral é utilizada desde muito cedo como meio de comunicação do indivíduo. Neste contexto Chaer (s/d) afirma que:

Da mesma forma, mesmo antes de falar, a criança já começa a entender a fala das pessoas que estão interagindo com ela. No entanto, a compreensão da linguagem é mais abrangente que a capacidade de falar, e ocorre antes mesmo que a criança possa se expressar oralmente. Considera-se que a aprendizagem da fala se dá de forma privilegiada, por meio das interações que a criança estabelece desde que nasce. As diversas situações cotidianas nas quais os adultos falam com a criança ou perto dela configuram uma situação rica que permite à criança conhecer e apropriar-

se do universo discursivo e dos diversos contextos nos quais a linguagem oral é produzida (CHAER, S/D, p.75).

Sendo assim, é necessário que o professor converse com seus alunos e ajude-os a se expressar, ou seja, apresente a eles a mais diversas variedades linguísticas, apresentando-lhes as diversas formas de se comunicarem. Para Chaer (s/d) é preciso que as atividades de uso e as de reflexão sobre a língua oral estejam contextualizadas em projetos de estudo. A autora ainda dialoga com Dias (2001, p. 36), que enfatiza “Não se trata, simplesmente, de se ensinar a criança a falar, mas de desenvolver sua oralidade e saber lidar com ela nas mais diversas situações”. Sendo assim, a organização que o professor dá aos conteúdos deve dar oportunidade ao trabalho sistemático com a linguagem oral.

Portanto, a oralidade e a escrita assumem um importante papel no processo educativo, pois como afirma Chaer (s/d):

As ações educativas tornam o processo mais eficaz ao propiciarem situações dinâmicas e envolventes, por meio das quais os alunos podem explorar e desenvolver seu instrumento comunicativo e social. Deste modo, o professor deverá criar situações, promover atividades apropriadas e incentivar a participação das crianças por meio de atividades como conversas, discussões, poesia, dramatizações, fantoches, leitura de histórias, entrevistas, músicas, reconto de histórias, trava-língua, debates, exposições orais, de forma a possibilitar que a criança se torne mais comunicativa e tenha uma interação maior com o grupo (CHAER, S/D, p.76).

Conforme explicitado na citação acima é por meio das ações educativas que os alunos se desenvolvem comunicativamente e socialmente, então no momento que o professor for planejar suas aulas,

este, deve procurar situações de participação em que os alunos possam se comunicar como pedir informações, dar recados, elaborar avisos, fazer solicitação a uma pessoa, ou seja, agindo assim o professor permite aos alunos o uso contextualizada da linguagem oral e da linguagem escrita.

De acordo com Chaer (s/d) mais que ninguém, a professora deve saber que o treino e a participação direta, em atividades específicas à oralidade, levarão o aluno a desenvolver competências como ler e escrever, à aquisição de padrões linguísticos desejáveis e ao melhor ajustamento social, ou seja, a escola pode agir sobre o desenvolvimento da comunicação oral, em que, deve expor aos alunos à variedade de uso da fala. Para essa autora, quando as relações interpessoais ocorrem sem repressão, o aluno faz uso da palavra em muitas circunstâncias e percebe mais facilmente a função social da linguagem, ou seja, ele desenvolve as diferentes habilidades de bom ouvinte e de falante eficaz, vencendo a timidez e construindo os hábitos necessários ao bom desempenho social.

4. LETRAMENTO COMO FOCO PARA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM CULTA

Letramento se constitui como um conceito ainda em construção. Tfouni (1995) define como os impactos que a aprendizagem da leitura e escrita tem em uma sociedade. Soares (2002) discorre que devemos acrescentar a esta definição também a ideia de que letramento envolve a condição de ser letrado, com habilidades e competências próprias que admitem que os indivíduos se insiram em uma sociedade letrada. Esses aspectos devem propiciar modificações cognitivas e sociais no indivíduo.

O domínio da língua materna em consonância com a norma culta requer prática e principalmente tornar a leitura um hábito elementar na vida do educando. A demanda pela leitura e pelo domínio da linguagem escrita na sociedade contemporânea tem sido cada vez maior. Kleiman (1995), enfatiza a relevância da necessidade de se desenvolver desde cedo, o prazer e o hábito pela leitura para que o educando tenha mais êxito na construção dos seus conhecimentos referentes ao uso da língua, que possa escrever e falar conforme a norma padrão. Outro aspecto relevante para que haja o domínio da língua portuguesa é ser bom ouvinte, um bom vocabulário, uma boa comunicação verbal e escrita. Essa demanda é mundial no que se refere ao domínio da linguagem como condição para a ampliação da participação social e exercício efetivo da cidadania.

Ser um usuário competente da linguagem escrita é também condição fundamental para o seu exercício. E decorrente desta compreensão à necessidade que hoje se coloca para a escola, a possibilidade de o aluno ter uma formação que lhe permita compreender criticamente as realidades sociais e nela possa agir. Para isso, esse aluno precisa apropriar-se do conhecimento e dos meios de produção e da divulgação desse conhecimento.

Numa sociedade letrada como a de hoje esse processo de apropriação está estreitamente ligado ao conhecimento da linguagem escrita. Tal conhecimento refere-se a um grau ou tipo de letramento que deve incluir tanto o saber decifrar o escrito, quanto ler e escrever com proficiência de leitor escritor competente, ou seja, saber utilizar nas práticas sociais de leitura e de escrita às estratégias e procedimentos que lhe conferem maior fluência e eficácia no processo de produção e atri-

buição de sentidos para a linguagem com os qual interage.

O uso conveniente da língua materna conduz o aluno ao reconhecimento da norma padrão e isso auxilia em sua trajetória estudantil. Xavier (2002) aponta que o educando possui potencial apropriado para a descoberta e enfatiza que:

A abordagem psicolinguística entende que o educando é equipado com as habilidades de que necessita para aprender a ler e a escrever e o que ela precisa é descobrir as regras que se aplicam a esta aprendizagem. De acordo com essa concepção, o modo como a língua escrita é compreendida não é diferente do modo como linguagem oral é compreendida: leitura é uma interação entre pensamento e a língua e o ato de ler é um processo de busca de significados (XAVIER, 2002, p. 15).

Para Xavier (2002, p. 15) a abordagem sociolinguística avança no sentido de postular que o processo de aquisição da língua é o mesmo para toda e qualquer educando, o que é diferente é a utilização de estratégias em diferentes ambientes culturais, com essas abordagens tem auxiliado a compreensão da aprendizagem da leitura, da produção de textos e que também possibilita a compreensão sobre o letramento.

Letramento tem sido definido como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e tecnologia em contextos específicos e com objetivos também específicos. As práticas escolares, em função dessa definição passam a ser apenas um tipo de prática, a que desenvolve algumas habilidades e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita, o que significa não ser a escola a única a possibilitar letramento e também que alfabetização não quer dizer, necessariamente letramento. Desse modo, crianças pré-escolares são letradas tanto

quanto o são jovens e adultos não alfabetizados que faz uso do mundo da escrita numa dada cultura letrada, mesmo sem saber ler.

Ao tratar de letramento Tfauni (1995, p. 20) preocupa-se com os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade, ao estudar pessoas e grupos de pessoas que não foram alfabetizadas corretamente, verificou que escrevem da mesma forma que falam e que sua linguagem se distancia da língua padrão. Suas abordagens sobre o letramento e suas contribuições influenciam no ensino da leitura e da escrita, pois destaca a aprendizagem da língua escrita como uma contribuição do desenvolvimento linguístico. Aponta que o letramento se refere às próprias práticas sociais da leitura e escrita ou às consequências e/ou condições de quem exerce essas práticas. Destaca ainda a percepção do aluno como sujeito capaz de compreender e se adequar a linguagem culta ao iniciar a aprendizagem escolar; devendo a escola, apenas dar continuidade ao seu letramento e garantir ao indivíduo o domínio da escrita, o que pode ser usado tanto para a conservação como para a mudança social.

As concepções de letramento com suas semelhanças e diferenças são de grande importância para o conhecimento do professor, são concepções teóricas que se completam e que ajudam o professor a avaliar se sua prática está voltada apenas para aquisição da escrita como necessidade a aprendizagem da leitura ou algo mais amplo que é a ampliação do letramento do aluno. Para isso é preciso que o letramento seja significativo ao mundo sociocultural do aluno como Kleiman (1995, p. 57) afirma: “Para pensar na prática de letramento precisamos conhecer as práticas discursivas dos grupos que se inserem precariamente

nas sociedades letradas, particularmente as práticas de letramento de grupos não-escolarizados”.

Sendo assim, faz-se necessário que o professor ouse dar a palavra aos alunos e escutá-los e auxiliá-los para que se empenhem em compreender seu contexto cultural e que o professor esteja disposto e preparado teoricamente para identificar os avanços dos alunos. Kleiman (1995, p. 72), relata que “alunos da Zona Rural tem apresentado mais dificuldade de Alfabetização”. Diante deste aspecto, é compreensível que as dificuldades que o aluno enfrenta na aprendizagem da leitura e da escrita direcionados para a aquisição da linguagem, aliada as variações linguísticas regionais, tem influenciado de forma contrária ao processo educativo direcionado a aquisição da linguagem culta. Entretanto, essa realidade é algo que faz parte da cultura brasileira.

Para ler, qualquer leitor precisa ter acesso ao texto, objetivamente esse texto possui uma série de características, entre as quais não é o menos importante o fato de estar formado por um sistema de símbolos, por um código. Para ter acesso ao texto, é preciso ter acesso ao seu código.

Quando na escola o educando se depara com a linguagem escrita, em muitos casos se encontra diante de algo conhecido, sobre o que já aprendeu. O fundamental é que o escrito transmita uma mensagem, uma informação, e que a leitura capacita para ter acesso a essa linguagem, sobre isso Welld (1982, p. 38) afirma que “[...] para além da existência de um ambiente em que se promova o uso dos livros e da disposição dos pais a adquiri-lo e a ler, o fato de lerem para seus filhos relatos e histórias e conversa posterior em torno dos mesmos têm uma influência decisiva no de-

envolvimento posterior destes com a leitura”.

A importância da leitura contribui para familiarizar com a estrutura do texto escrito e com sua linguagem, cujas características de formalidade e descontextualização as distinguem da oral. Com uma aprendizagem significativa sobre o ato de ler e tornar a leitura frequente em seu cotidiano, não terá dificuldades no domínio da linguagem. Nesse sentido, Weisz (2002) ressalta que:

[...] a decodificação e o significado sempre estão presente no leitor, mas a busca deste último é que geralmente guia as tentativas de decodificação. É certo, que seja assim, pois o que o educando faz é apenas ao ato de leitura, a que ele faz ou que pede que os outros façam, seus conhecimentos e experiências prévias: ele, “sabe que aí se expressa um significado e tenta torná-lo seu (WEISZ, 2002, p. 37).

O acesso ao código deve se inserir sempre em contextos significativos para o aluno. Isto não é uma declaração de princípios. O aprendiz de leitor possui conhecimentos pertinentes sobre a leitura, sabe que o escrito diz coisas, que ler e saber o que diz e escrever, poder dizê-lo, que devem ser aproveitados, para que possa melhorá-los e torná-los mais úteis. O professor não deve trabalhar o código de uma forma isolada, precisa atuar de forma contextualizada, pois do contrário poderá deixar de aproveitar a bagagem do educando. Ele não pode ter a ideia construída de que ler é somente dizer as letras, ou os sons, ou as palavras, mas que ler é descobrir nas palavras um mundo de fortes emoções que lhe servirá como base de construção de seu vocabulário e mesmo assimilando as variações linguísticas coloquiais, terá capacidade para utilizar a linguagem adequada nas diversas situações recorrentes em sua vida.

Por isso, ao trabalhar com alunos de zona rural, deve-se valorizar a sua cultura e aproveitar a bagagem de conhecimento do seu cotidiano em que a leitura e a escrita tornam-se mais interessantes para o educandos, pois poderão discernir as diferenças entre o que se utiliza como expressão oral e o que se usa na escrita. Esses conhecimentos apresentam assimilação consistente por meio de estímulos constantes, seja por meio do incentivo por parte dos pais, amigos, profissionais da escola e pela própria comunidade em que se convive.

O estudo permitiu identificar aspectos úteis não só a um trabalho com a oralidade e a escrita, mas principalmente para esclarecer que a língua não é um simples sistema de regras, mas uma atividade sócia interativa, que assume um lugar central e deve ser o principal objeto de nossa observação porque só assim se elimina o risco de transformá-la em mero instrumento de transmissão de informações. A língua é fundamental um fenômeno sociocultural que se determina na relação interativa e contribui de maneira decisiva para a criação de novos mundos e para nos tornar definitivamente humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociolinguística aplicada à educação nos anos finais do Ensino Fundamental com a utilização das variações linguísticas como foco de aprendizagem da língua portuguesa e em detrimento da valorização da linguagem que os alunos aprendem anterior ou durante a escolarização em seu meio social, configuram elementos de aprendizagem significativa e de valorização cultural.

O Norte goiano apresenta variações linguísticas peculiares que enriquecem a cultura regional. As

peças do Povoado pesquisado apresentam modos de falar e sotaques típicos, com características próprias, relevantes para aproveitamento e utilização em métodos pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem.

Os profissionais de educação devem utilizar a cultura local como foco construtivo de ensino, principalmente no que se refere aos usos da língua, sabendo que sua utilização depende do contexto em que o falante se encontra. Com o mesmo afincamento, os estudantes carecem de entender e diferenciar o que se fala do que se escreve, sabendo utilizar cada elemento em seu devido contexto, que utilizem o letramento como focos para aquisição da linguagem culta, para isso, precisam do

apoio de educadores ativos na busca por formação continuada, que experimentam novos métodos e adequam aprendizagens no seu cotidiano na realidade do seu fazer pedagógico.

As sociedades precisam entender que as variações linguísticas não ameaçam o uso da língua padrão, são âmbitos distintos que se completam. Cada uma delas tem uma finalidade própria, mas que para estudo uma ajuda a outra a desmistificar preconceitos linguísticos e valorizar tanto a língua culta padrão quanto as variações linguísticas que enriquecem a cultura de cada rincão dos nossos estados, fortalecendo a cultura de nosso país.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Severina Alves de; SOUSA, Rosineide Magalhães de; SILVA, Ângela Maria; ALMEIDA, Jeane Alves de; ANDRADE, Alexandra Cristina. Pedagogia da Alternância: Os Centros Familiares de Formação por Alternância no Brasil e a Agricultura Familiar Frente à Globalização no Campo. **JNT - Facit Business and Technology Journal**. ISSN 2526-4281. v. 1, n. 3 (2017). Disponível: <http://revistas.faculdedefacit.edu.br/index.php/JNT>. Acesso em: 30-jul-2017.
2. ALVES, Elizeth da Costa. **Artes de dizer a pedra arrendida**: tradição oral em Natividade-TO. Goiânia; Kelps, 2012.
3. ANTUNES, Irandé. **Aula de Português**: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
4. ARAÚJO, Maria Yvonne Atalécio de. **Experiências de linguagem oral na Escola Primária**. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1965.
5. BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso. São Paulo: Parábola Editorial. 2007. _____ . **Nada na língua é por acaso. Por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 1961.
6. BERENBLUM, A. **A invenção da palavra oficial**: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
7. BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegamos na escola, e agora?** Sociolinguística & Educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. _____ . **Educação em língua materna – a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial. 2004.
8. BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 38. ed São Paulo: Loyola, 2005.
9. BRANDÃO, C. Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.
10. BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: Secretaria de Educação fundamental, 1998.
11. _____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, Brasília, 2002.
12. _____. **Lei nº9394/96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília: DF: 1996.
13. _____. **Parteiras Tradicionais**: mães da pátria. — Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de

Publicações, 2008. 66 p. — (Série ação parlamentar; n. 350).

14. _____. **Programa Trabalhando com Parteiros Tradicionais**. Ministério da Saúde Área Técnica de Saúde da Mulher Tania Di Giacomo do Lagotania.lag o@saude.gov.br. 2013.

15. CALDART, R *et al* (Orgs), In: **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

16. CHAER, Mirella Ribeiro. **A importância da oralidade: educação infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental**. Acesso em: <http://pergaminho.unipam.edu.br/documents/43440/43870/a-importancia.pdf>.

17. DOZ, J.; SCHENEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

18. FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

19. FREIRE, Paulo, 1921-1997. **A Importância do ato de ler**. 45ª ed. São Paulo, Cortez, 2003.

20. _____. **Conscientização: teoria e prática: da liberação: uma introdução ao pensamento** de Paulo Freire, São Paulo, Moraes, 1980.

21. _____. **Educação como Prática da Liberdade**. Ed, Vozes, Rio de Janeiro: 1988.

22. GÁRCIA, Junia Januaria. A formação do dialeto na região de Campos Belos – Goiás. In: CAMARGO, Flávio Pereira e FRANCA, Vanessa Gomes (Orgs.). **Estudos sobre literatura e linguística: pesquisa ensino**. São Carlos: Claraluz, 2009.

23. GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

24. KLEIMAN, Ângela (org.). **Os significados do Letramento: Uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, Mercado de Letras, 1995.

25. LINS, Neilton Faria. Continuum tipológico: um estudo da oralidade e da escrita. REVISTA LETRA MAGNA **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura** - Ano 04 n.07 - 2º Semestre de 2007 ISSN 1807-5193. Acesso em: <file:///E:/materiais%20para%20TCC/continuumtipologico.pdf>.

26. MAIA, João Francisco. **História e Memória da Comunidade Kalunga Engenho II**. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens. 2014.

27. MOREIRA, Jorgeanny de Fátima Rodrigues. **Práti-**

cas e Saberes Populares no Quilombo: a comunidade Kalunga do Engenho II em Cavalcante, Goiás. XXVIII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico d Diálogo Social. Natal RN 22 a 26 de Julho de 2013.

28. OLIVERIA, Maria Custódia Wolney de. **Memória e identidade quilombola, em tempos de modernidade o caso da comunidade Kalunga, no estado de Goiás**. Blog: aromancista.com.br / e-mail: mcwolney@yahoo.com.br. 2012.

29. PEREZ, Luciana Castro Alves. **Varição linguística – A língua em movimento**. 2012. Disponível em: <http://www.portugues.com.br/redacao/variacao-linguistica-lingua-movimento.html>. Acesso em -Abr-2015. 19:12h.

30. SALOMÃO, Ana C. B. (2011). Variação e mudança linguística: panorama e perspectivas da Sociolinguística Variacionista no Brasil. **Fórum Linguístico**. Florianópolis. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-412.2011v8n2p187/21673>. Acesso em: 14 Dezembro 2015.

31. SANTOS, Ellen Vieira. **Educação do campo: rompendo cercas, construindo caminhos**.

32. SANTOS, José Edvaldo Pereira dos. **Percepção da variedade linguística na escola municipal de ensino fundamental João Alves Torres**. PB, 2013. TCC. Acesso em: 12-05-2015.

33. SASSO, Elaine Cristina. **A linguagem oral e escrita na educação infantil: contribuições da análise experimental do comportamento da releitura dos objetos**. [Monografia]. UNESP, 2007.

34. SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.

35. SOARES, Magda. **Linguagem e Escola- Uma perspectiva social**. Ática, 2002.

36. _____. **Linguagem e Escola. Uma perspectiva social**. São Paulo: Editora ética, 2008.

37. TEBEROSKY, Ana. **Aprendendo a escrever: perspectivas....** 3 ed. São Paulo: Ática, pp. 159-175.

38. TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

39. WEISZ, Telma. **O Dialogo Entre o Ensino e a Aprendizagem**. 2ª ed. 7ª impressão. São Paulo: Ática, 2002.

40. WELLD, G. **Aprendendo através da interação**. Ed. Metrópole, São Paulo, 1982.

41. XAVIER, Maria Luisa M. (org). **Ensino da Língua Materna**. 3ª edição, Porto Alegre. Mediação, 2002.